

ATA DE REUNIÃO DO CGIEE	Brasília – DF
Assunto: 42ª Reunião do Comitê Gestor de Indicadores e Níveis de Eficiência Energética - CGIEE	Data: 01/10/2022 Videoconferência

PARTICIPANTES

NOME	INSTITUIÇÃO	E-MAIL	Assinatura
MEMBROS			
Carlos Alexandre P. Pires	MME (titular)	carlos.pires@mme.gov.br	PRESENTE
Samira S. F. de Sousa Carmo	MME (suplente)	samira.sousa@mme.gov.br	AUSENTE
Dante Luiz da Ros de Hollanda	MCTI (titular)	dante.hollanda@mctic.gov.br	AUSENTE
Jairo José Coura	MCTI (suplente)	jairo.coura@mctic.gov.br	PRESENTE
Rogério Fabricio Glass	ME (titular)	Rogério.glass@economia.gov.br	AUSENTE
Luis Carlos de Almeida Junior	ME (suplente)	luis.junior@mdic.gov.br	PRESENTE
Sheyla Maria Damasceno	ANEEL (titular)	sdamasceno@aneel.gov.br	PRESENTE
Carlos Eduardo Firmeza	ANEEL (suplente)	firmeza@aneel.gov.br	AUSENTE
Edneia Caliman	ANP (titular)	ecaliman@anp.gov.br	AUSENTE
Thiago Machado Karashima	ANP (suplente)	tkarashima@anp.gov.br	PRESENTE
Ceres Zenaide CAvalcanti	Representante Sociedade (titular)	cereszbc@gmail.com	PRESENTE
Roberto Lamberts	Representante Academia (Titular)	Roberto.lamberts@ufsc.br	PRESENTE
ASSESSORIA TÉCNICA			
Ana Maia	EPE	Ana.maia@epe.gov.br	PRESENTE
Alessandra Barbosa	CEPEL	abarbosa@cepel.br	PRESENTE
Victor Zidan	PROCEL/ELETROBRAS	victor.fonseca@eletrobras.com	PRESENTE
Thiago Toneli Chagas	EPE	thiago.chagas@epe.gov.br	PRESENTE
Marcello Rocha	PROCEL/ELETROBRAS	marcello@eletrobras.com	PRESENTE
Hercules Souza	Inmetro	hsouza@inmetro.gov.br	PRESENTE
CONVIDADOS			
Alexandra Albuquerque Maciel	MME/SPE	alexandra.maciell@mme.gov.br	PRESENTE
Conrado Melo	UFABC	' conrado.melo@ufabc.edu.br '	PRESENTE

AGENDA PROPOSTA PARA A 42ª REUNIÃO DO CGIEE

DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2021 - 14h – 17h

1. Abertura
2. Apresentação e deliberação sobre cenários de novos níveis máximos de consumo de energia de refrigeradores e congeladores, a serem simulados para a elaboração do estudo de avaliação de impacto regulatório
3. Atualização sobre a publicação da minuta de resolução CGIEE para revisão dos índices mínimos de eficiência energética de condicionadores de ar
4. Outros assuntos
5. Encerramento

A reunião foi realizada por meio da ferramenta de reuniões virtuais MSTEAMS.

1 Abertura

O Sr. Carlos Alexandre Príncipe Pires, Diretor do Departamento de Desenvolvimento Energético da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, e Presidente do CGIEE, deu as boas-vindas a todos e iniciou a reunião.

A sr. Carlos Alexandre solicitou uma rodada de apresentações dos presentes.

2 Apresentação e deliberação sobre cenários de novos níveis máximos de consumo de energia de refrigeradores e congeladores, a serem simulados para a elaboração do estudo de avaliação de impacto regulatório

Apresentação pelo sr. Victor Fonseca da Eletrobras:

Níveis máximos de consumo de energia

- Tabela com nos níveis estabelecidos pela nova portaria Inmetro 332/2021. 3 etapas. Etapa 1 (ate dez 2025)- 3 classes A. Etapa 2 (ate 2030)- nova versão da norma de ensaio IEC 62552-3:2007 para 2020. Etapa 3- após 2030 (alteração das curvas para as sugeridas pelo U4E).
- Para a Etapa 2 serão feitos ensaios de desempenho a 32°C e 16°C. Alteração das faixas de EE. Apresentação de grafico das curvas padrão (equação de reta identificada a partir das declarações dos fabricantes sobre o seu desempenho), planilha encaminhada pelo Inmetro.
- Etapa 3- apresentação de gráficos de curva padrão caso não haja melhoria de eficiencia e caso haja uma melhoria, para refrigeradores combinados e congeladores. Curvas padrão da etapa 3 ficam mais rigorosas e descem no grafico. Com a plotagem das declarações de desempenho sobrepostas verifica-se que os desempenhos atuais estão acima dessas curvas padrão.
- Apresentação da metodologia de estudo adotada, por meio da ferramenta da UFABC. Para uso da ferramenta as informações mais importantes são os valores da eficiência para cada etapa e outro são as ponderações. Victor Fonseca informa que não há informação de resultados de ensaio na nova metodologia, diferente do que aconteceu para condicionador de ar.
- Sugestão dos cenários de simulação para as duas primeiras etapas: 4 cenários sugeridos. Sugestão de 3 ponderações.

O Professor Roberto Lamberts, representante da academia no CGIEE, sugere que se hoje 97% do mercado já está no A da etapa 1, esta faixa poderia ser o MEPS. Victor explica que no cenário 1 eles já estão usando 80,3%.

O Sr. Victor Fonseca explica que estão simulando somente para as duas etapas iniciais pois já receio sobre a etapa 3, pois ainda é necessário verificar o movimento da indústria na melhoria da eficiência, para que não haja um grande corte com os MEPS.

O Sr. Carlos Alexandre pergunta ao sr. Hercules Souza do Inmetro sobre como foi definida e negociada a etapa 3 com a indústria. O sr. Hercules esclarece que a indústria entendeu que era confortável alcançar essas metas no horizonte definido pela portaria para a etapa 3. Ele aconselha que para a etapa 3 aguardemos a observação dos impactos com a vigência das outras etapas.

A sra. Ceres Cavalcanti, representante da sociedade no CGIEE, sugere que se investiguem os desempenhos já alcançados pela indústria fora do país, já que a maioria das indústrias no país é multinacional.

O sr. Victor Fonseca da Eletrobras/Procel concorda que como eles são multinacionais eles têm o aprendizado de onde devem mexer no equipamento e compressor para alcançar o nível de desempenho pré-determinado, cujo A da etapa 3 já é praticado fora do país. Todos os fabricantes no país já têm uma linha de produção para o novo fluido. Mas, destaca que pode haver um impacto no preço. Exemplo Panasonic, já adota o fluido ecológico, novo, e ao se comparar o valor com produtos da mesma categoria disponíveis no mercado, eles estão um pouco mais caros. Ele observa que no final da etapa 1 já vai ser possível ter uma noção de como a indústria vai avançar no atendimento dos requisitos da portaria Inmetro. Ele acredita que a indústria já vai trabalhar se preparando para o atendimento das novas etapas.

O sr. Carlos Alexandre, presidente do CGIEE, questiona como está o casamento temporal entre a proposta de MEPS e as etapas propostas pelo Inmetro. Ele observa que historicamente a reclassificação sempre veio posterior aos índices mínimos e que, dessa vez está acontecendo o contrário. Ele sugere que talvez seja importante realizar um descasamento temporal, fazendo em 2 etapas, mas com os intervalos acontecendo entre a primeira e segunda etapa.

O sr. Hercules Souza observa que na etapa 1 a solução foi muito influenciada pelos valores de isenção tributária, sendo a indústria muito sensível a esse fator. Além disso, também se optou pela solução para que a indústria tivesse uma previsibilidade para se adaptar aos requisitos da etapa 2, que introduz novos índices classificatórios.

O sr. Carlos Alexandre observa que houve inversão do processo, MEPS e reclassificação e que agora o CGIEE está trabalhando com dados já postos. Por isso ele sugere que o momento de introdução dos novos MEPS seja realizado em momento anterior ao momento da entrada da etapa 2. Propõe ao grupo a possibilidade de que o MEPS seja estabelecido para começar a vigorar entre 2022 e 2025. Ou seja, MEPS estabelecido nesse intervalo já com a metodologia da etapa 2. Ele opina que, se for estabelecido combinado à etapa 1, acabariam sendo cortadas as faixas c e b e o mercado ficaria somente com o A e isso não seria saudável para o mercado. Vigorando para a etapa 2, é possível trabalhar para o corte da faixa F (limite superior). Sendo portanto, estabelecidos novos MEPS, no meio da etapa 1 e no meio da etapa 2, e assim o CGIEE sinaliza ao mercado o que ocorrerá na nova metodologia.

O professor Roberto Lamberts observa que sugestão é pertinente e ajuda a preparar o mercado na nova métrica adotada para as etapas 2 e 3.

O professor Conrado Melo observa que a dificuldade seria identificar o que seria o nível máximo de consumo, seria necessária uma reclassificação da etapa 1 no novo método. É preciso identificar o que seria o C, o D na nova metodologia.

O sr. Hercules Souza do Inmetro vai ter que avaliar internamente a proposta e avaliar o impacto. Opina de que é importante ouvir a própria indústria. Ele explica que a etapa 2 já inclui a nova metodologia vigorando a partir de 2026, ou seja, já há uma previsão de como vai ficar cada uma dessas faixas na nova metodologia.

O sr. Carlos Alexandre observa que em geral o MEPS acaba cortando a última faixa de classificação. Pela proposta já seria estabelecido o MEPS usando a metodologia da etapa 2 na metade da validade da etapa 1. Ou seja, esse MEPS vai servir as duas etapas, mas uma vez que ele já vai adotar a metodologia da etapa 2, isso dá previsibilidade à indústria para se adaptar ao novo método da etapa 2.

O sr. Conrado Melo observa que a etapa 2 vai balizar o então o nível máximo de consumo e que pode gerar confusão no método de ensaio.

O sr. Roberto Lamberts identifica que nas faixas B e C há somente 3% do mercado, mas caberia verificar as consequências da cobrança do novo método de ensaio. Ele destaca que para uma melhor tomada de decisão seria necessário realizar alguns ensaios para essa verificação.

O sr. Conrado Melo considera necessário verificar o que significaria o 97,2% da faixa C da etapa 1 na nova metodologia. Para avaliação do impacto do índice é necessária a adoção de uma metodologia só, necessário escolher qual (só ensaio a 32°C ou ensaio a 32°C e a 16°C).

O sr. Roberto Lamberts pergunta se a mudança do 97% para o 132% é consequência da mudança do método de ensaio. Victor esclarece que sim.

O sr. Conrado Melo entende que dessa forma, já existe um fator de comparação. E sugere que em 2023/2024 já seria possível adotar um nível acima de 132%.

O sr. Carlos Alexandre, presidente do CGIEE, então observa que o MEPS que vai ser estabelecido no meio do prazo da etapa 1 seja um índice que adote o método adotado na etapa 2.

O sr. Hercules Souza do Inmetro sugere que o momento de 2025 seja aguardado para o estabelecimento do MEPS para que seja verificada a acomodação do mercado ao novo método.

A sra. Alexandra Maciel, da Coordenação de Eficiência Energética do MME, observa que a faixa F da etapa 2 é equivalente a faixa C da etapa 1 e que o estudo aponta que atualmente já não há praticamente nenhum equipamento vendido no mercado que esteja na faixa C, todos estão na faixa B e A.

O sr. Hercules Souza do Inmetro pergunta se não é melhor esperar para ver se o mercado vai responder e como vai ser a distribuição dos equipamentos nas faixas em 2025, pois hoje existem 8 modelos classificados como F na etapa 1, segundo a tabela do Inmetro.

O sr. Carlos Alexandre, presidente do CGIEE, pergunta o que representa na etapa 2 (em 2026), cortar a faixa C da etapa 1, uma vez que já se sabe que hoje não há praticamente

equipamentos nessa faixa. Ele observa que cortar a faixa C indica ao mercado que o país não quer que haja, em 2026, equipamentos tão ineficientes como aqueles classificados hoje como faixa C, que será a faixa F em 2026.

O sr. Hercules Souza considera que essa antecipação não respeita a previsão que foi estudada pelo Inmetro no estabelecimento dos prazos para cada etapa.

A sra. Alexandra Maciel observa que hoje só existem 8 modelos que podem ser classificados no novo método na faixa F e mesmo assim, são equipamentos que constam da tabela do Inmetro mas não necessariamente são vendidos no mercado.

O sr. Carlos Alexandre sugere que a Resolução dos MEPS indique que o limite superior da faixa C e depois, na validade da etapa 2, seja o limite superior da faixa F e o limite superior da faixa E na etapa 3.

O sr. Roberto Lamberts discorda, pois acredita que a sinalização da antecipação do método é importante. E pondera que se houver qualquer impacto drástico no mercado com relação aos prazos, o CGIEE pode revisar esses prazos. Ele declara de que é investir na entrada do inverter no mercado, para diminuir a pressão no setor elétrico.

A sra. Ceres Cavalcanti concorda com sugestão do sr. Carlos Alexandre e acha que talvez seja interessante alinhar com os prazos da reclassificação pois o mercado enxerga tudo como uma coisa só.

O sr. Carlos Alexandre esclarece que a proposta feita por ele não descarta o prazo proposto inicialmente, somente seriam utilizadas as últimas faixas das etapas da portaria Inmetro como referência.

O sr. Roberto Lamberts concorda que o descasamento temporal deve ser mantido porque são iniciativas complementares e a antecipação da metodologia de ensaio é importante para que a indústria passe por esse processo de adaptação.

O sr. Roberto Lamberts e a sra. Alexandra Maciel sugerem a simulação dos cenários considerando esse descasamento de prazos, e com a nova métrica proposta pela etapa 2.

O sr. Conrado Melo fará a simulação do novo método de ensaio, utilizando taxas de crescimento da posse de geladeiras fornecidas pela EPE e diferentes ponderações de MEPS e A, com novos cenários tendo como referência os percentuais de consumo máximo calculados para a faixa de menor desempenho da etapa 2 e 3.

O sr. Roberto Lamberts pergunta ao representante do Ministério da Economia, Luis Carlos, sobre como o CGIEE pode discutir com o Ministério da Economia e tentar encaminhar uma discussão sobre o acesso aos dados de venda de equipamento no mercado para apoiar a avaliação da eficácia da política de índices mínimos e da etiquetagem.

O sr. Luiz Carlos, membro representante do ME no CGIEE, esclarece que isso refere-se ao Ministério da Indústria e Comércio e esse ministério não existe mais. Observa que o Inmetro realizou um bom trabalho nesse aspecto para ar condicionado e refrigeradores e destaca que a política do PBE sendo voluntária e dando indicadores ao mercado com previsibilidade é uma política inteligente e a política dos índices mínimos por ser impositiva não é eficaz e tem pouca inteligência.

A sra. Alexandra Maciel esclarece que o PBE é obrigatório para várias categorias de equipamentos.

O sr. Carlos Alexandre, presidente do CGIEE, destaca a importância de os membros buscarem se informar a respeito do histórico do CGIEE e dos resultados já alcançados e demonstrados através de 2 relatórios já desenvolvidos que demonstram importantes resultados e a eficácia dessa política.

O sr. Hercules Souza pergunta como ficou encaminhado o ponto 1 da pauta e demonstra preocupação sobre a antecipação do método de ensaio.

O sr. Carlos Alexandre esclarece que não está sendo antecipada a obrigatoriedade e que a antecipação seria na informação ao fabricante do que vai ter que ser ensaiado na nova metodologia a partir de 2026.

3 Atualização sobre a publicação da minuta de resolução CGIEE para revisão dos índices mínimos de eficiência energética de condicionadores de ar

O sr. Victor Fonseca realiza explicação sobre problema identificado no 3º ponto de medição nos ensaios para condicionadores de ar. Explica que para algumas situações de ensaio está acontecendo uma distorção que provoca melhores índices de desempenho para maiores consumos. Informa que o Inmetro está estudando solução que coloque uma trava no procedimento para impedir essa distorção.

Faz-se questionamento ao grupo sobre a necessidade ou não de esperar a publicação da portaria complementar a ser publicada pelo Inmetro com esse ajuste, para então publicar o texto da resolução de MEPS para ar condicionado para a consulta pública.

O sr. Victor Fonseca explica tecnicamente a questão do 3º ponto e opina que a trava proposta pelo Inmetro é correta, mas não impacta nos índices mínimos nem nos regulamentos e critérios estabelecidos pelo Selo.

O sr. Carlos Alexandre, presidente do CGIEE, então informa que o processo para a publicação da consulta pública vai continuar em andamento.

4 Outros assuntos

O Professor Conrado Melo, da UFABC, pergunta se deve atualizar o estudo para refrigeradores com base nas informações repassadas pela EPE. Todos concordam com a atualização. O sr. Conrado Melo informa que fará o reenvio do material, com novas tabelas, incluindo as novas tabelas de impacto econômico.

O sr. Carlos Alexandre, presidente do CGIEE, observa que a partir da fala do representante do Ministério da Economia destacou a importância de realizar novo contato com o ME para identificação dos interlocutores mais apropriados para contribuição no CGIEE, considerando a necessidade de interface com a política industrial.

A sra. Alexandra Maciel, do MME, esclareceu que ela e a sra. Samira Souza, coordenadora geral de Eficiência Energética, estão elaborando uma pesquisa sobre as secretarias e subsecretarias no ME que tem sinergia com o trabalho do CGIEE e estão elaborando comunicação a ser enviada para agendamento de reunião para apresentação do CGIEE, seu trabalho, objetivos, resultados e impactos e assim, poderem discutir em conjunto qual seria a área mais adequada a ter representação no comitê.

O Professor Roberto Lamberts apoiará a elaboração dessa comunicação.